OS CORNOS do AUROQUE

raças de bovinos no Entre Douro e Minho



manuel mouta faria

DRAP-N
Direcção Regional
de Agricultura
e Pescas do Norte

2007

Título – Os Cornos do Auroque – raças de bovinos no Entre Douro e Minho

© – Manuel Mouta Faria / Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Edição on-line – 2007

Índice

Agradecimentos 2

Introdução 3

1 – Raça arouquesa 7
- Regime de exploração 17

2 – Raça barrosã 24
- Regime de exploração 36

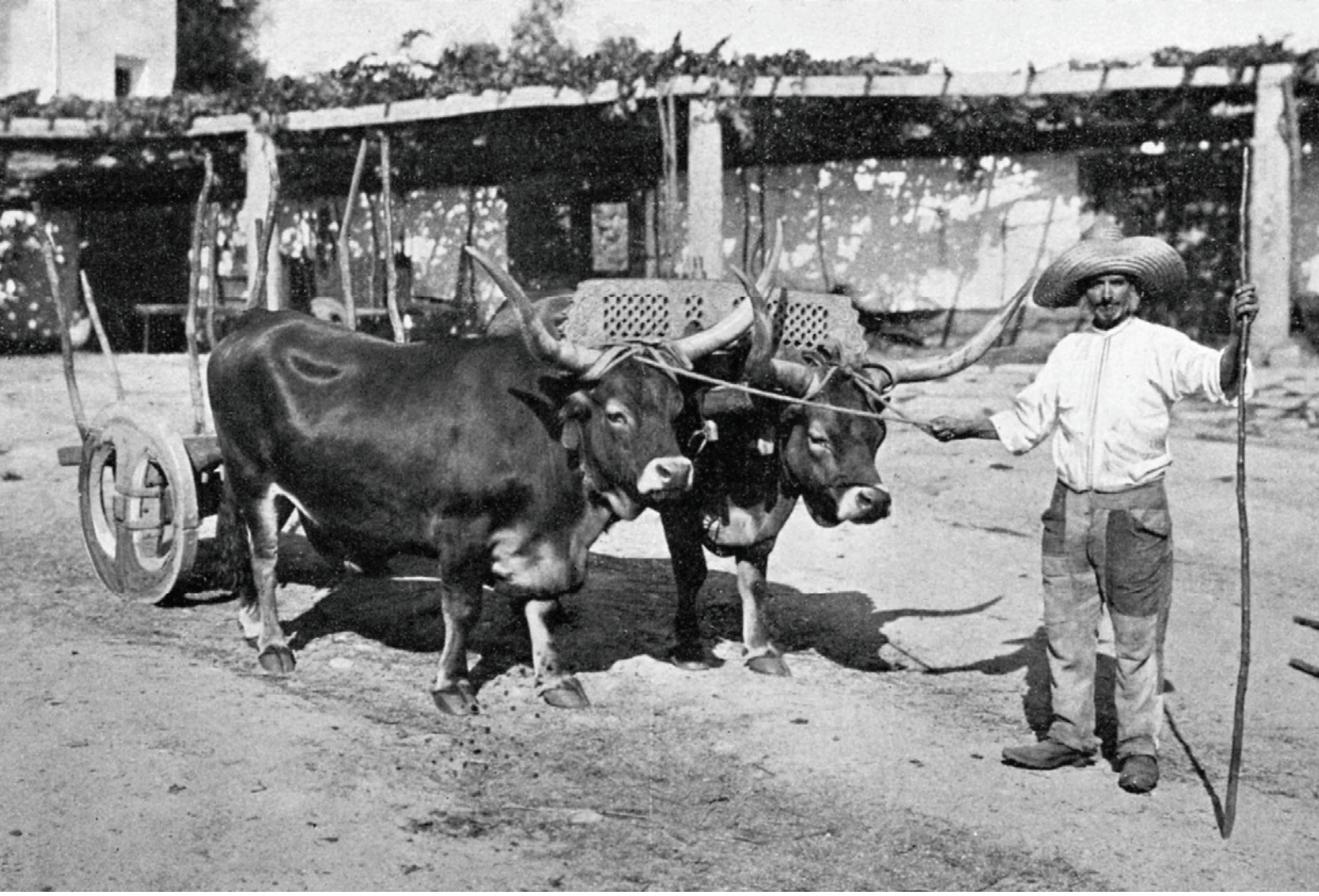
3 – Raça cachena 49
- Regime de exploração 55

4 – Raça maronesa 58
- Regime de exploração 67

5 – Raça minhota ou galega 75
- Regime de exploração 89

6 – Os bovinos: domesticação e raças 95
- Conhecimentos recentes sobre a domesticação 100
- Expansão dos bovinos na Europa e na Península Ibérica – a neolitização ... 105
- As raças da Península Ibérica, de Portugal e do Entre Douro e Minho 110

7 – Literatura consultada 122



Junta de bois de trabalho barrosãos; *in* Nogueira (1900)

2 – Raça barrosã

A descrição da raça barrosã constituiu a grande novidade – uma novidade de peso – dada por Silvestre Bernardo Lima nos textos que começou a publicar sobre os bovinos portugueses em 1858 (Lima, 1858-62). A análise de Radich e Baptista (2001)[16] sobre a literatura existente até então considera que não existia até aí nada suficientemente específico para se poder considerar que a raça tivesse sido claramente identificada e caracterizada, mesmo que "camuflada" por outra designação, nomeadamente *minhota* ou *transmontana*. Embora em alguns desses textos se adivinhe a alusão, quer aos animais, quer às regiões onde se encontravam, a falta de precisão, desde logo apontada por Bernardo Lima, bem como aparentes incoerências, não

16 - A análise de Radich e Baptista (2001) compreende as seguintes obras: *Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes...* (1796), de Columbano Pinto Ribeiro de Castro; *Ensaio Topográfico Estatístico de Julgado de Montalegre* (1836), do Bacharel José dos Santos Dias; *Guia e Manual do Cultivador* (1849), de José Maria Grande; *Compêndio de Veterinária...* (2.ª edição, 1854), de J. F. Macedo Pinto.

permitiam a construção de uma visão inequívoca sobre a raça. No entanto, pode-se constatar que, na altura em que Bernardo Lima escreveu, a raça já era globalmente designada pelo seu nome, como se pode ver no relatório ao rei D. Pedro V, mencionado no capítulo anterior (SAP, 1856[17]), mas não é seguro saber qual a extensão do seu uso, nem o que referia exactamente. Na opinião de Radich e Baptista (2001) foi Bernardo Lima que «*lhe fixou o nome e forjou um modo de ver que lhe permitiu, e a outros depois dele, identificar e distinguir a raça barrosã.*» A descrição do animal, a ligação do nome ao solar – as Terras do Barroso – e o relato detalhado do maneio aí praticado é efectivamente um trabalho que se ficou a dever a Bernardo Lima.

A localização das Terras do Barroso, constituídas pelos concelhos de Boticas e Montalegre, justificam a inclusão, por Bernardo Lima, da raça barrosã nas raças transmontanas, a par da mirandesa e da maronesa[18]. Já naquela data o solar dos bovinos barrosãos se localizava «*desde a raia da Galiza ao rio Tâmega, na direcção do N. ao S., e desde a extrema do concelho de Chaves à serra do Gerez e Cabreira, na raia do Minho,* (...) *terras que têm a extensão pouco mais ou menos de N. a S. seis léguas e de E. a O. sete léguas, formando o país conhecido de há muito tempo pelo nome de Barroso.*» Porém, também reconheceu que a sua área de influência se estendia a uma grande parte do Minho: «*Vimos criação desta raça nas partes da Galiza limítrofes de Barroso; existe também na serra do Gerez, e principalmente na sua vertente sul, e corre ainda por terras do Minho dentro, entre Cávado e Tâmega, fora da beira-mar; mas aqui, no Minho, há talvez menos criação ou produção própria do que* recriação *dos almalhos que vêem directamente de Barroso.*»

O autor descreve os bovinos barrosãos como animais de tamanho médio, não sendo os machos muito maiores do que as fêmeas, embora um pouco mais corpulentos. Refere para as vacas uma altura no garrote entre 1,18 m e 1,23 m e, nos textos de 1858-62 e de 1870-71, indica valores de comprimento bastante diferentes: 1,80 m e 1,25 m, respectivamente![19] Das características que refere, as mais relevantes são as seguintes: cabeça curta e quadrada, com as regiões orbitárias marcadamente salientes, formando-se assim uma depressão no espaço entre elas. Armação (*galhas* ou *gaitas*) muito desenvolvida, em forma de lira, abrindo para cima e para os lados, com as extremidades viradas para fora; na base estão afastadas cerca de 16 cm e nas extremidades até 95 cm; têm cor clara, ou parda, com as pontas negras. Focinho negro, com uma orla de pêlos claros, que também se observa em volta dos olhos. No pescoço, os barrosãos apresentam uma barbela ou papada, por vezes muito desenvolvida, pendente, que se estende desde a garganta até perto da região dos joelhos. O dorso é quase direito e horizontal, contribuindo para o aspecto geral do animal, maciço e de formas arredondadas. Finalmente, a pele é grossa e macia, formando rugas em alguns locais; a cor do pêlo é castanha, podendo variar desde os tons mais escuros (sobretudo no terço anterior dos touros), até aos mais claros, cor de palha, ou acerejado.

---

17 - «*… especies principaes de gado vaccum que merecem especial menção: o gado chamado Barrozo, de pontas extremamente grandes e de grande corpolencia, muito procurado para a exportação e consummo …*».

18 - Conforme se verá, o autor sempre usou de cautela ao descrever os bovinos maroneses como raça, preferindo considerá-los como *sub-raça*.

19 - Amorim (1928) apresenta dados que apontam para 1,60 m de comprimento do tronco nos bois e 1,43 m nas vacas. Os comprimentos escápulo-isquiais médios indicados por Leite (2000) são de 146,70 cm para as fêmeas e de 166,46 cm para os machos.

Da análise das aptidões zootécnicas, em função das suas características morfo-funcionais, Bernardo Lima conclui ser o gado barrosão uma raça com razoável aptidão para o trabalho, a que se junta o facto de ser dócil, muito manso (embora por vezes nervoso) e de grande rusticidade. Considera que tem características suficientes para a produção de carne, opinião que contém reservas, devido à comparação com outras raças de carne existentes na Europa. Porém, no panorama das raças nacionais, as reses barrosãs situam-se entre as melhores, não só devido à excepcional qualidade da sua carne, mas também à precocidade do crescimento e da engorda. Quanto à exploração para produção de leite, embora o seu parecer seja negativo numa perspectiva puramente técnica, não deixa de lhe reconhecer importância tendo em vista a sua inserção sócio-económica.

Bernardo Lima deixou abundantes informações sobre a raça (que a partir daí se tornou uma das mais emblemáticas do país) com a particularidade de o ter feito numa época em que se verificaram factos importantes na evolução da pecuária minhota. Mais concretamente, as suas primeiras descrições (1858) datam do período em que começava a aumentar a exportação de bovinos para o Reino Unido: «*… o apuramento progressivo desta indústria, no Minho, data de há poucos anos, do momento em que o comércio inglês veio aqui buscar reses gordas para ajudar ao abastecimento do consumo de Inglaterra, gargântua insaciável deste género de subsistências*.» Como o autor refere, o seu significado económico foi inicialmente modesto, mas desenvolveu-se e passou a constituir um importante vector na economia agro-pecuária da região, tendo o preço dos animais quase duplicado entre 1847 e 1860 (Lima, 1858-62). Assim, embora nem sempre os seus dados sejam comparáveis, ponto por ponto, é possível obter uma noção mais ou menos aproximada daquela evolução. Encontramos em primeiro lugar uma estimativa do gado barrosão em 1857-58, seguida de outra, em 1865, onde se constata um aumento de quase 10.000 cabeças (ver quadro seguinte). Finalmente, em 1870-71, embora sem uma quantificação concreta, o autor refere que «*hoje deve subir a muito mais de metade*» do efectivo minhoto. Tendo em conta que o censo de 1870 indica para o Minho (distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo) a existência de 221.933 bovinos[20], pode-se admitir que nessa data os barrosãos já ultrapassavam as 110.000 cabeças, às quais se juntava ainda o efectivo das Terras do Barroso. Assim, um total de 140 a 150.000 animais poderá aproximar-se da realidade descrita. É ainda de mencionar que, enquanto até 1865 a presença do barrosão no distrito de Viana do Castelo era irrelevante, já cinco anos depois se refere a sua preferência, em prejuízo dos animais da raça minhota, até aí preponderante.

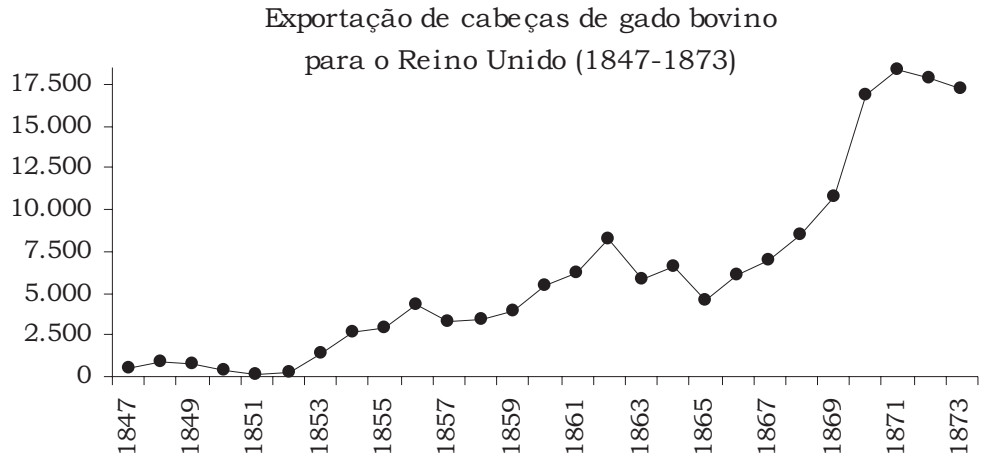
Efectivo barrosão em 1857-58 e 1865 (Lima, 1858-62; 1865)

	1857-58				1865			
Distritos	Machos	Fêmeas	Jovens	Total	Machos	Fêmeas	Jovens	Total
Braga	---	---	---	39.155	2/3	1/3	(…)	74.000
Porto	21.902	6.535	6.250	34.687		(valor relativo a todo o Minho)		
Vila Real (Barroso):					130	12.000	9.600	21.730
• Montalegre	110	9.842	(…)	9.952				
• Boticas	24	2.163	(…)	2.187				
				85.981				95.730

20 - Por lapso, este número é indicado em algumas publicações como sendo o do efectivo barrosão (p. ex., Amorim, 1928; Leite, 2000).

Fica bem clara a dinâmica expansionista que o barrosão adquiriu neste período, facto que, como já foi referido, se ficou a dever ao grande incremento que teve a sua exportação. A dinâmica do processo parece ter derivado simplesmente da intensificação do mecanismo de difusão já antes praticada com este gado: «*a maioria dele e o de melhor qualificação procede directamente do Barroso, que deita para o Minho todos os anos* (…) *de cinco a seis mil almalhos. Estes têm sua principal* recriação *no alto da província, na parte compreendida entre o Cávado e o Tâmega, no distrito de Braga. Daqui, em mais de meia recriação e já mesmo bois feitos, vão passando de mão em mão e trabalhando, a espalharem-se em grande parte pelas terras do distrito do Porto, sendo em torno desta cidade, até um raio de seis léguas, onde tem lugar principalmente, mas não exclusivamente, o facto de sua engorda. Hoje, a indústria da ceva tende a generalizar-se por toda a província*» (Lima, 1858-62).

Neste processo, os animais aproximavam-se gradualmente da cidade do Porto, sendo aí que se verificava o embarque com destino ao mercado inglês. O incremento da exportação criou a designação de «*os bois do barco*», sendo a principal alteração sofrida no sistema acima descrito o maior cuidado colocado na fase final da engorda. Muitos dos animais chegavam à região em redor do Porto com 5 a 7 anos de idade, num estado de carnes designado por «*meia engorda*», demorando depois cerca de 6 meses a atingir o ponto de «*engorda*» desejado. Nessa altura era frequente serem levados ao cais de embarque, directamente pelos proprietários. A adesão dos criadores minhotos a este negócio explica-se pelo rendimento económico que ele proporcionava. Bernardo Lima calcula, em 1865, o lucro líquido obtido, em média, com uma junta de bois: sendo comprada por 88$400 reis, gastando 50$400 reis durante o processo de engorda e sendo vendida depois por 150$000[21] reis, o lucro obtido era de 11$200[22] reis, em dinheiro, ao qual se juntava mais de outro tanto, devido ao valor do estrume produzido pelos animais (cerca de ¼ do valor gasto na alimentação). O autor acentua que, mesmo que o lucro apenas atingisse ⅔ deste cálculo, ainda assim seria *bem convidativo*.



O gráfico anterior, feito na sua maioria com valores divulgados por Bernardo Lima (1870--71), mostra a evolução deste comércio durante a primeira metade do período em que se verificou; é de notar, porém, que cerca de ⅓ do número de cabeças era cons-

21 - Estes cálculos baseiam-se no preço da arroba de peso vivo (Lima, 1858-62).

22 - Noutro ponto do texto o autor apresenta valores ligeiramente diferentes.

tituído por bovinos das raças minhota e arouquesa, aproximadamente em partes iguais. Uma informação posterior (Nogueira, 1900) indica que, no período máximo da exportação, se chegaram a enviar para o Reino Unido cerca de 30.000 cabeças por ano. Como é de esperar, o sucesso comercial correspondeu à aceitação adquirida por este produto no mercado britânico e à grande procura daí decorrente. A carne destes animais adquiriu a designação de «*Portuguese beef*», reputação que se deveu principalmente às excelentes características dos bovinos barrosãos.

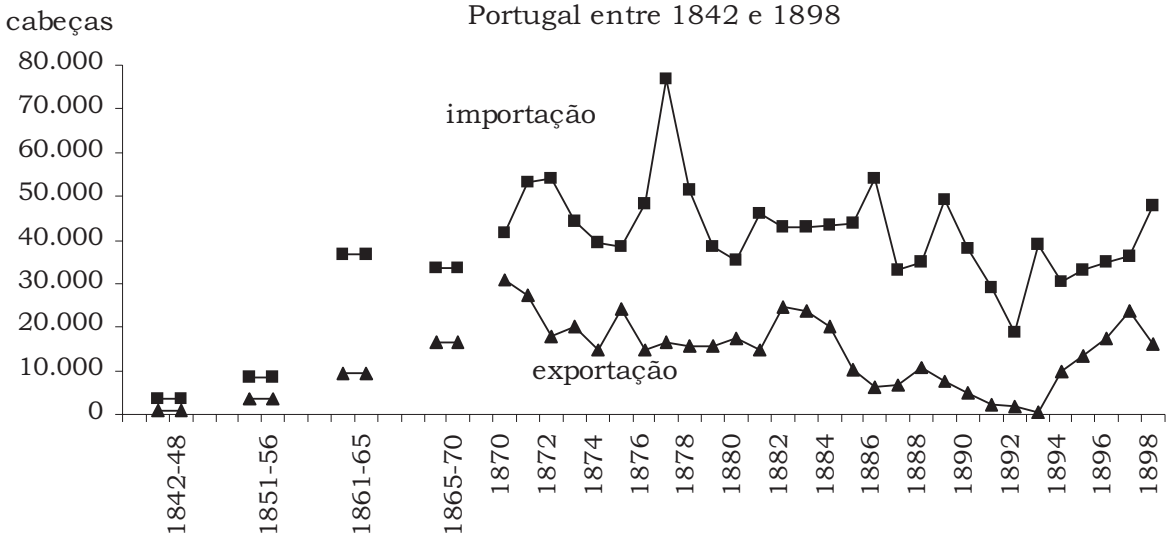
Porém, este processo não se prolongou indefinidamente. No final do século XIX, no âmbito das respostas à depressão económica que se verificou a nível internacional, surgiram diversas descobertas e inovações no plano científico e tecnológico que contribuíram para fornecer soluções inovadoras para ultrapassar a referida crise. Uma delas, na sequência da descoberta da utilização da energia eléctrica, foi o aparecimento da indústria do frio que, ao permitir equipar portos e barcos com instalações frigoríficas, veio a favorecer muitas das relações comerciais que obtinham vantagem em utilizá-las (Pereira, 1971).

Portugal viveu, neste período, uma crise generalizada no sector agro-pecuário de exportação, sendo o mercado da carne, nomeadamente o dos bovinos, um dos que foi profundamente afectado. Recorde-se que, devido às estratégias económicas seguidas até essa época em Portugal, o sector agro-pecuário apresentava grande dinamismo, sendo mesmo mais importante do que o da indústria. Porém, não tendo sido adoptadas as *novas tecnologias* que lhe permitiriam manter-se na competição pelos mercados, a sua exclusão tornou-se inevitável. O contingente de bovinos vivos que seguia regularmente, do norte de Portugal e da Galiza, para o mercado inglês, foi drasticamente afectado pela concorrência da carne congelada em carcaça, proveniente de vários países da América Latina e, mais tarde, da Austrália, que chegava aos mercados a preços mais favoráveis. Outro factor decisivo para o fim das exportações foi o facto de o Reino Unido ter estabelecido, a partir de 1885, um regime aduaneiro proteccionista, relacionado com a crise económica, que se veio a tornar impeditivo para este comércio (Rasteiro, 1908). Segundo Nogueira (1900), foram encontradas algumas alternativas para comercializar estes animais, nomeadamente em Lisboa e noutras cidades europeias (Paris, Havre, Marselha, Lausana, Hamburgo, Gibraltar e outras), que terão permitido amortecer o choque que o desaparecimento do mercado britânico constituiu. No entanto, essas alternativas não foram suficientes para manter a dinâmica do processo a médio e longo prazo.

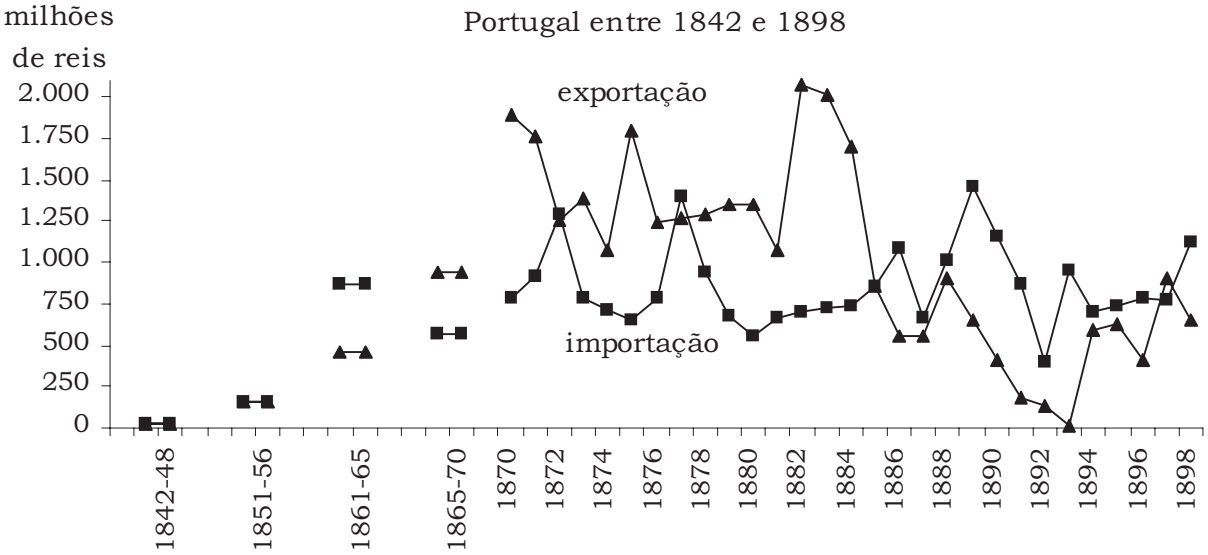
Para uma visão mais concreta do melhor período do comércio externo de gado bovino, vejamos os dados apresentados por Nogueira (1900) relativos a 1842-1898 (gráficos seguintes). Estes dizem respeito a todo comércio nacional, não permitindo identificar apenas o gado barrosão. No entanto, evidenciam alguns aspectos significativos.

No período em causa, para além das exportações, verificava-se também um importante fluxo de importações que, em número de cabeças, as ultrapassavam largamente. A data da implantação do proteccionismo britânico (1885) marca o momento da retracção dos dois tipos de comércio, posteriormente recuperados, a partir de 1893-94. Porém, o seu significado económico mostra uma dinâmica muito diferente; desde 1866-70 até 1885, o saldo deste comércio foi francamente positivo para Portugal, contribuindo para equilibrar a balança de pagamentos nacional. Depois, até 1898, instalou-se um período de saldos negativos, em cuja parte final se verificou uma

Movimento de importação/exportação de cabeças de gado bovino em Portugal entre 1842 e 1898



Valor das importações e exportações de gado bovino em Portugal entre 1842 e 1898



tendência para o equilíbrio. Mais tarde, Tierno (1908) completa esta estatística até 1905, constatando-se a continuação do aumento da importação de bovinos. A influência da raça barrosã neste processo foi fundamental, uma vez que as características da sua carne foram determinantes para a criação e consolidação do movimento da exportação que, por sua vez, abrangeu bovinos de outras raças. Porém, a quantificação desta influência apenas se pode avaliar no período em que os elementos referidos por Bernardo Lima (1870-71) e por Nogueira (1900) se sobrepõem. Assim, parece ser possível afirmar que, no período áureo da exportação, a contribuição dos animais barrosãos nunca terá sido inferior a 50%, e que terá ultrapassado os 80% e 90% em diversos anos. Outros elementos fornecidos por Nogueira (1900) incluem o número de animais com que cada raça nacional contribuiu para o abastecimento de carne da cidade de Lisboa entre 1890 e 1899 (quadro da página seguinte). No entanto, esta informação é pouco conclusiva, uma vez que as tendências dos comércios interno e externo não parecem ser coincidentes.

Bovinos abatidos no matadouro de Lisboa (total e raças do Entre Douro e Minho), entre 1890 e 1899

Anos	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Adultos/total	36.610	34.567	31.420	30.628	29.812	30.948	30.188	30.926	31.668	30.806
(Vitelos/total)	(9.829)	(9.426)	(8.157)	(7.440)	(8.146)	(9.877)	(11.150)	(12.891)	(12.739)	(12.647)
Barrosã	**4.758**	**3.305**	**2.258**	**2.099**	**836**	**1.037**	**962**	**1.285**	**1.702**	**2.238**
(Vitelos)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(33)	(36)	(28)	(198)	(27)
Minhota/Galega	(0)	30	2.210	1.267	489	461	277	265	1.694	829
(Vitelos)	(0)	(0)	(380)	(1.573)	(550)	(296)	(593)	(231)	(1.693)	(1.733)
Arouquesa	354	817	988	1.299	2.400	2.510	2.083	2.828	2.775	2.545
(Vitelos)	(0)	(0)	(0)	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)

Cerca de 10 anos depois observava-se uma situação bastante diferente: a importação de bovinos (quase todos de Espanha) cifrava-se no dobro da exportação, quer em número de cabeças, quer em valor (Anónimo, 1910). Nessa data, a qualidade da carne para consumo em Lisboa era deplorável, atribuindo-se esse facto à falta de abastecimento de bovinos nortenhos à capital, nomeadamente de barrosãos; esta situação levava a «*lançar as vistas para as* carnes congeladas *da América do Sul*»! No entanto, o panorama era diferente no Porto e norte do país, onde, apesar da falta de incentivo que a exportação tinha constituído, se continuava a produzir bom gado barrosão, em quantidade aceitável para abastecer a região. Efectivamente, ainda se continuaram a exportar alguns bovinos barrosãos até 1920 (Garcia *et al.*, 1981b), mas o negócio da engorda tinha chegado ao fim; o testemunho de Amorim (1928) diz objectivamente: «*A indústria da engorda está* (…) *em decadência. Não vale a pena engordar. É que esta operação trás prejuízos certos.*»

Apesar das oscilações que o comércio de exportação certamente implicou, a implantação da raça barrosã "criou raízes" e expandiu-se em grande parte do Minho, sem alterar significativamente a sua estrutura produtiva nem a sua dinâmica de difusão geográfica, ancorada nas Terras do Barroso. A alteração mais relevante terá sido o desenvolvimento de um sector especializado na engorda dos animais, inserido no fim do seu período laboral e antes do abate no matadouro. A comparação feita por Amorim (1928) entre os efectivos de 1870 e 1926 mostra um aumento global de 60,8% na população bovina total dos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo, mas não aponta quantitativos específicos para nenhuma das raças. As avaliações seguintes do efectivo da raça barrosã foram as do censo oficial de 1940 (DGSP, 1941), as estimativas feitas a partir dos censos de 1955 e 1972 (INE, 1958; INE, 1975) em 1959 (Garcia, 1964) e 1976 (Garcia *et al.*, 1981b), respectivamente e, por último, as que se basearam nos dados do registo zootécnico da raça (1999-2005).

Estes números tornam patente o incremento da raça e o seu predomínio no Entre Douro e Minho, pelo menos até ao início da década de 40; é com alguma surpresa que nessa altura se constata que a raça barrosã se tinha tornado a segunda mais abundante de Portugal Continental, praticamente a par da mirandesa (228.014); deste modo, as duas raças em conjunto constituíam mais de metade de todo o efectivo do Continente (831.674). No entanto, para a barrosã, esta tendência já se encontrava claramente invertida 15 anos depois: tinha-se verificado uma redução do efectivo de cerca de 19%, que continuou a acentuar-se nos anos subsequentes.

As causas que motivaram o retrocesso da raça barrosã foram documentadas por Manuel Garcia e outros autores, nos trabalhos acima referidos.

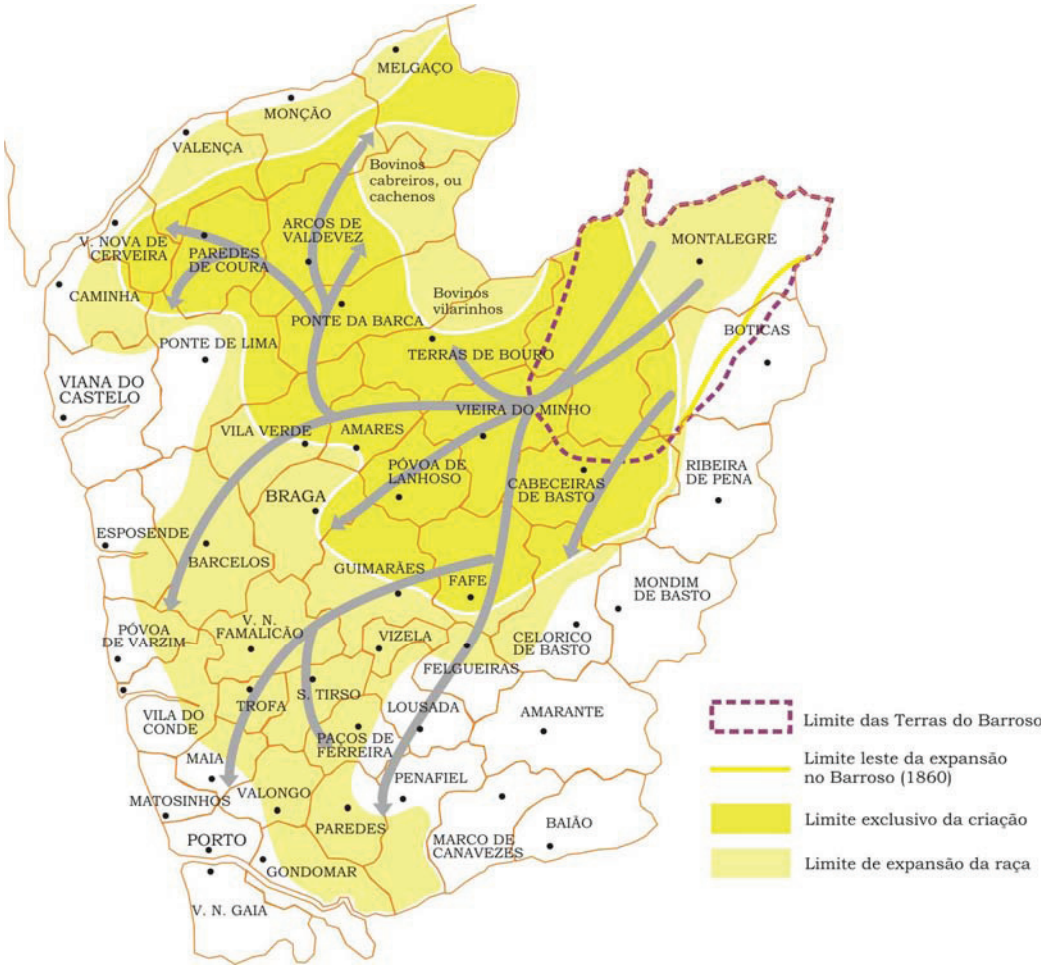
Evolução do efectivo bovino barrosão entre 1940 e 2005 (fontes dos dados no texto)

Ano	Machos	Fêmeas	Total
1940	---	---	224.062
1955			
Distrito de Braga	29.601	67.376	
Distrito do Porto	14.450	5.994	
Distrito de V. Castelo	9.799	43.297	
Distrito de V. Real (Barroso)	1.220	10.290	
Total	55.070	126.957	182.027
1972			
Distrito de Braga	18.019	49.409	
Distrito do Porto	865	1.285	
Distrito de V. Castelo	6.194	34.005	
Distrito de V. Real (Barroso)	570	4.010	
Total	25.648	88.709	114.357
1999 (registo zootécnico)	433	6.963	7.396
2000 (registo zootécnico)	(±) 225	(±) 7.300	(±) 7.525
2005 (registo zootécnico)	(±) 225	(±) 6.900	(±) 7.125

Em 1964, M. Garcia refere um conjunto de factores evidenciando que o declínio do barrosão decorreu de uma competição que se verificou em várias frentes. Vê-se em primeiro lugar que, tendo desaparecido o incentivo da exportação, o comércio de carnes a nível interno foi insuficiente para manter a vitalidade do negócio da engorda: «*o desaparecimento da imensa procura de novilhos que denunciassem boa precocidade, o desinteresse em produzir animais de maior desenvolvimento somático, veio determinando a falta de cuidado na selecção nesse sentido e a redução da estatura geral da raça.*» As afamadas feiras da região limítrofe do Porto, nomeadamente a da Maia, de onde os barrosãos também foram apelidados de *maiatos*, diminuíram em importância e passaram a repercutir novas preferências.

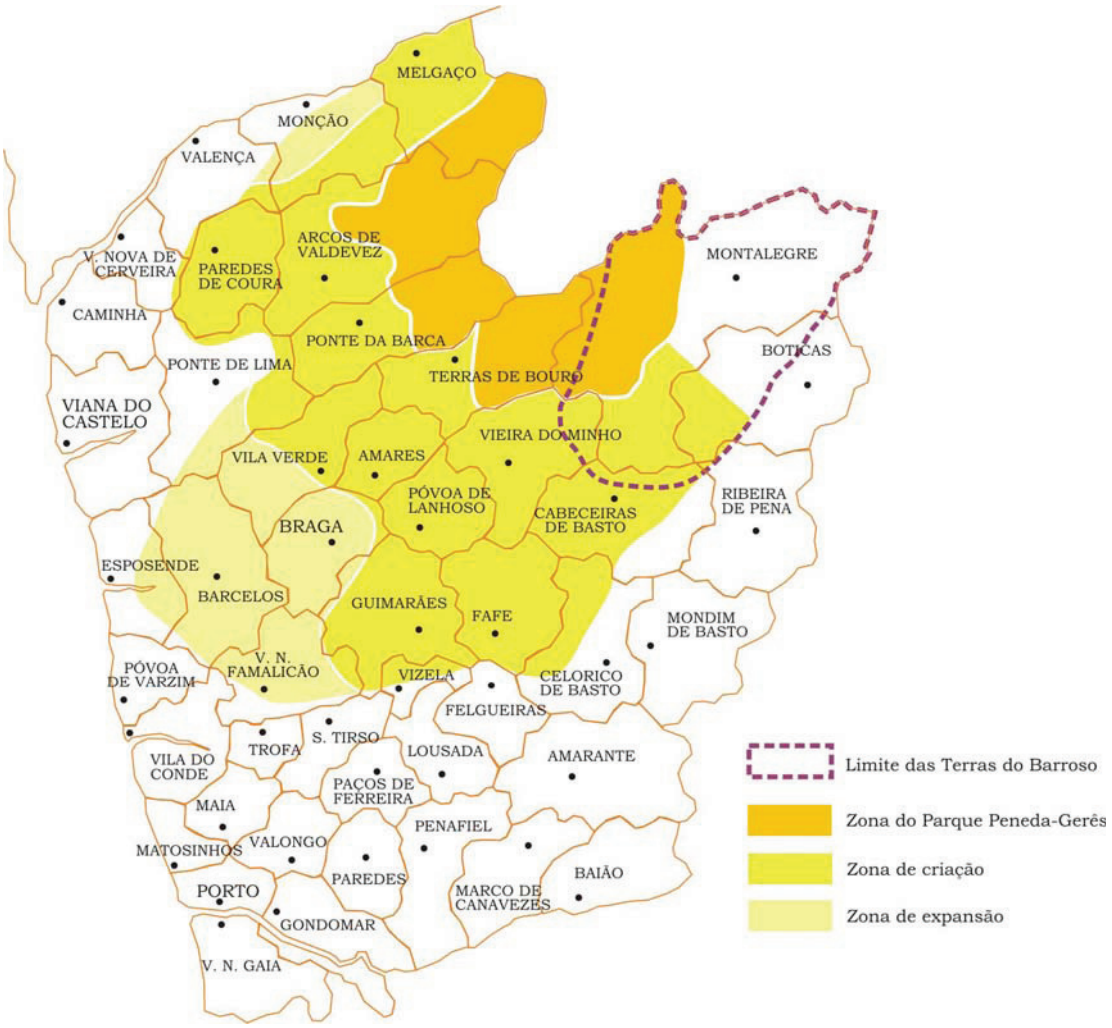
Como atrás se viu, a viragem para o século XX foi marcada pelo aparecimento da indústria manteigueira no norte do país, que não só revitalizou o interesse pela raça minhota/galega no Alto Minho, trazendo-a de volta até Barcelos e Esposende, como determinou a expansão da raça turina mais a sul, na área de influência da *Cidade Invicta*. Junto à costa, de Matosinhos até à Maia e, para norte, até Vila do Conde, a transição para o gado turino ocorreu logo a partir do princípio do século, estimulada pelas de necessidades de leite para consumo. Mais no interior, a produção industrial de manteiga e, mais tarde, de lacticínios, desenvolveu-se a partir do concelho de Penafiel, estendendo-se depois a Paços de Ferreira, Paredes, Lousada, Felgueiras e Valongo, e conduzindo à preferência pelo gado turino. O objectivo da produção leiteira favorecia sobretudo a criação de vacas, mas a necessidade de animais de trabalho estimulou também a utilização dos bois turinos em alguns locais, nomeadamente em Penafiel e concelhos vizinhos. Esta evolução, com a rarefacção progressiva dos bovinos barrosãos, foi decorrendo até finais da década de 1930, saldando-se pela perda de uma vasta área, constituída pela faixa litoral, a poente, e pelos concelhos a sul, mais próximos do rio Douro.

Porém, as perdas mal tinham começado, pois em 1940 ainda se registou o número oficial mais elevado de toda a história do efectivo barrosão. O processo acentuou-se nas zonas referidas e veio a atingir também o próprio solar da raça. Garcia (1964) refere: «*No Barroso, a cultura da batata de semente, o florestamento intensivo e a instalação de barragens, designadamente a de Pisões, têm contribuído para a redução do efectivo da raça barrosã.*» A primeira das causas apontadas terá sido a que aí exerceu maior influência, a partir de 1939, abrangendo a região planáltica de Montalegre. A necessidade de animais de trabalho mais vigorosos levou os agricultores a procurar raças mais adequadas para esse fim, surgindo no Barroso os bois maroneses e, mais tarde, também os mirandeses (cf. pág. 64). Com o passar dos anos, nesta região onde antes se podiam encontrar os barrosãos considerados mais característicos da raça, começaram a surgir cruzamentos com as raças "novas", conforme as preferências dos proprietários, mas sobretudo com a mirandesa, criando uma população com uma elevada percentagem de animais mestiços. Para este facto contribuiu decisivamente a opção de utilizar bois reprodutores mirandeses nos postos de cobrição, o que se devia ainda ao facto de os animais cruzados serem mais corpulentos e, por isso, mais bem pagos para o talho. Em consequência desta mudança de orientação agro-pecuária, a principal área de criação dos barrosãos sofreu uma deslocação para oeste, em direcção às serras da Cabreira e do Gerês, zonas que, pela sua topografia montanhosa, continuavam a proporcionar os ambientes da criação tradicional da raça, em regime comunitário e pastoril.



Área de expansão e rotas principais da raça barrosã (1959); adaptação de Garcia (1964) para as áreas, e Garcia *et al.* (1981b) para as rotas

Neste período, o processo de retracção nas regiões litorais do distrito do Porto mostrava novas facetas. Por um lado, para além do gradual, mas constante, incremento da mecanização agrícola, no tocante aos animais «*a escassez de corpulentos bois de trabalho barrosãos e o quase desaparecimento dos bois galegos, levaram os lavradores a procurar animais de uma outra raça da orla marítima, então em franca melhoria – a marinhoa. É assim que esta raça, representada por possantes bois de trabalho, tem subido pelo litoral até ao rio Ave, destronando desta zona a barrosã*» (Garcia 1964). Por outro lado, segundo Garcia *et al.* (1981b), o ano de 1959 foi o último em que a tabela de preços recomendados pelo Grémio de Comerciantes de Carnes Verdes do Porto deixou de descriminar positivamente a carne de barrosão (*carne extra*), o que até aí ainda tinha mantido algum estímulo à sua produção. Anos mais tarde, a designação de "*vitela de Fafe*" referia-se à vitela barrosã e à região onde ela ainda podia ser encontrada, evidenciando a dimensão do retrocesso geográfico da raça, mesmo que a maioria dos que a procuravam já não tivesse qualquer memória de todo este processo. Nos dois documentos que se têm vindo a citar regista-se também uma significativa evolução da opinião quanto ao futuro do gado barrosão: enquanto em 1964 se admitia que este apenas encontraria condições de sobrevivência nos ambientes sócio-económicos localizados nas regiões de montanha, acima da cota dos 300 m, já em 1981 se verificava que o seu limite seria muito mais restrito, passando-se a referir a cota dos 600 m de altitude.



Evolução da área de distribuição em 1976 (Garcia *et al.*, 1981b)

Efectivamente, confirmaram-se as piores expectativas. Apesar dos mecanismos desencadeados em 1980-81 para salvaguardar a raça, o seu declínio foi dramático, o que se constata no efectivo registado em 1999 no registo zootécnico: 7.396 animais (Leite, 2000). Segundo este autor, o declínio deveu-se «*em primeiro lugar ao êxodo da população rural e consequente abandono das explorações agrícolas; à mecanização agrícola; à substituição por raças de aptidão leiteira; à introdução de novas culturas; à florestação e ao envelhecimento da população rural. Hoje nota-se uma certa estabilização dos efectivos, devido principalmente aos prémios pagos à produção, nomeadamente às medidas Agro-Ambientais, indemnizações compensatórias e prémio às vacas aleitantes.*»

Conhecendo a história recente do país, é possível identificar os dois principais vectores que conduziram a esta situação: por um lado a crise do mundo rural na década de 1960 e as respostas que a revolução de 1974 procurou encontrar neste domínio, que correspondem à primeira parte da citação anterior; por outro, a evolução subsequente à adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, com a introdução de novos parâmetros na orientação económica do sector.

Foi neste contexto de alarmante declínio que surgiram medidas para impedir o completo desaparecimento ou abastardamento da raça. Apesar de ter havido outras medidas ao longo do século XX (ver quadro cronológico, abaixo), foram as acções desencadeadas pelos serviços oficiais, a partir da década de 1980, que permitiram construir a situação que levou a raça barrosã até à passagem do milénio. O programa fundamental consistiu na criação do Registo Zootécnico da raça (acção da Direcção Geral de Serviços Veterinários em conjunto com a Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho) onde, ao longo dos anos, foram sendo inscritos os animais adultos considerados como barrosãos. Com esta *ferramenta* foi possível elaborar posteriormente os Livros de Nascimentos e os Livros Genealógicos, de modo a constituir uma população seleccionada e controlada.

O número de animais inscritos no registo zootécnico permite formar uma ideia sobre a forma como decorreu este processo, desde a sua fase inicial, até alcançar uma situação de equilíbrio; os valores a seguir apresentados são constituídos por dois grupos de dados, sendo o último mais detalhado. Esta informação não permite uma avaliação directa do efectivo da raça, sendo, no entanto, um elemento básico para esse cálculo; os números estimados desta forma foram acima incluídos no quadro da página 31.

Número de animais inscritos no Registo Zootécnico (dados AMIBA)

	Livro de Adultos			Livro de Adultos		Livro de Nascimentos	
Ano	machos	fêmeas	Ano	machos	fêmeas	machos	fêmeas
1981	–	4.882	1992	–	1.902	–	–
1982	–	6.169	1993	–	4.205	–	–
1983	–	4.436	1994	–	6.248	–	–
1984	–	866	1995	–	2.447	–	–
1985	–	604	1996	–	1.122	–	–
1986	–	1.027	2000	121	1.697	3.450	3.138
1987	–	1.186	2001	113	1.799	3.436	3.068
1988	–	1.192	2002	118	1.389	3.506	3.010
1989	–	718	2003	124	1.488	3.236	2.894
1990	–	1.017	2004	83	1.490	3.355	3.087
1991	–	1.309	2005	62	1.554	3.240	3.150

Uma vez estabelecidas as bases para a conservação da raça, a sua evolução foi entregue à iniciativa privada, nomeadamente à Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA), em 1993, e ao Agrupamento de Produtores de Carne Barrosã, em 1994. A esta segunda associação coube a missão de obter a *designação de origem protegida* (DOP) para a carne dos animais desta raça, com o respectivo *caderno de especificações* e *plano de controlo*, de forma a garantir a genuinidade e qualidade do produto. Outra etapa importante do processo foi a escolha dos touros reprodutores e a utilização da inseminação artificial. O incentivo para os vários passos deste programa consistiu na instituição de prémios à produção que estimulassem os diferentes objectivos.

Para concluir a análise do percurso da raça barrosã durante o século XX, é interessante fazer uma síntese das principais medidas tomadas para a sua preservação e melhoramento:

- 1914 – Criação do Posto Zootécnico do Gerês para o melhoramento da raça bovina barrosã (Decreto n.º 925, 02.Out.1914).
- 1916 – Por falta de eficácia, foi transferido/substituído pelo Posto Zootécnico do Barroso (mais tarde P. Z. Dr. António Granjo), em Montalegre (Decreto n.º 2892, 13.Dez.1916). Este posto funcionou durante 20 anos, embora com poucos recursos; as suas instalações foram depois ocupadas pelos serviços de apoio à cultura da batata de semente.
- 1929 – Criação do Posto Zootécnico de Viana do Castelo, em Darque (Decreto n.º 16678, 01.Abr.1929), que desenvolveu um trabalho importante para evitar abastardamentos e para melhorar o gado barrosão e minhoto/galego nos distritos de Viana do Castelo e Braga[23]. A actividade deste posto foi temporariamente suspensa (aproximadamente entre 1940 e 1947), após o que se dedicou exclusivamente ao fomento da raça minhota/galega.
- 1964 – (Setembro) Criação da Estação de Fomento Pecuário de Entre Douro e Minho, em Barcelinhos, onde se fez a recria de vitelos barrosãos seleccionados até 1970-71. Posteriormente o trabalho orientou-se para as raças leiteiras (minhota/galega e turina).
- 1976 – Criação do prémio ao nascimento de vitelos/as (Despacho Ministerial, 17.Dez.1976).
- 1977 – Legislação com Regulamento para a reprodução animal, livros genealógicos e contrastes funcionais (Portaria n.º 385/77, 25.Jun.1977)
- 1978 – Regulamento dos postos particulares de cobrição (Despacho Normativo n.º 333/78).
- 1979 – Criação do prémio à recria de novilhas.
- 1980 – Grupo de trabalho para o Registo Zootécnico da raça barrosã (02.Jan.1980).
- 1981 – Início efectivo do Registo Zootécnico (DGSV e DRAEDM), com sede em Lamaçães, Braga (DRAEDM); começam a ser pagos os prémios ao nascimento.
- 1986 – Começam a ser pagos os prémios à recria de novilhas.

23 - Não se encontraram referências à actuação do Posto Zootécnico de Viana do Castelo na literatura consultada, sendo apenas descrita, nas suas linhas gerais, por Seixas Jorge (1968), e apenas no que respeita à raça minhota/galega. Foi encerrado em 1970 ou 1971. Aquele autor refere a aquisição de dois touros barrosãos em 1930. É possível que a actividade deste Posto Zootécnico, relativamente à raça barrosã, tenha estado relacionada com os rigorosos critérios de selecção de machos reprodutores postos em prática pelo Intendente de Pecuária de Braga, João Beleza de Almeida Ferraz. Este veterinário publicou a sua tese de doutoramento em 1922 (Ferraz, 1922) e terá ocupado o cargo mencionado entre 1933 e 1964, ocupando-se pessoalmente da escolha dos touros barrosãos. Os resultados positivos do seu trabalho já se tornavam patentes em 1941 (*Gazeta das Aldeias*, 1941).

- 1990 – Criação da Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Barrosã (AMIBA) em 23.03.1990, com sede em Nogueira, Braga.
- 1991 – Início da inseminação artificial de vacas barrosãs, com sémen de reprodutores da Estação Nacional de Selecção e Reprodução Animal da Venda Nova.
- 1992 – Programa de melhoramento NOVAGRI (portaria 106/92): actualização dos prémios; criação de prémio para os postos de cobrição, atribuído em função dos vitelos nascidos de pais registados.
- 1993 – (Março) Protocolo de transferência para a AMIBA do Registo Zootécnico e Livro Genealógico. Neste ano a Associação inicia a colheita de sémen nas explorações, através de contrato com a Estação de Apoio à Bovinicultura Leiteira (Estação Verde Milho).
- 1994 – Criação do Agrupamento de Produtores de Carne Barrosã, associado à Cooperativa Agrícola de Boticas (CAPOLIB); legislação nacional para a *denominação de origem protegida* «Carne Barrosã – DOP» (31.Jan.1994), gerida pela CAPOLIB.
- 1995 – Criação da Estação Regional de Produção Animal (DRAEDM) em S. Torcato, Guimarães, para testagem de reprodutores, colheita de sémen e embriões, substituindo a actividade nesta área iniciada na Estação Verde Milho.
- 1996 – Legislação comunitária para a «Carne Barrosã – DOP» (07.Jun.1996).

Regime de exploração

As descrições do século XIX sobre o regime de exploração dos bovinos barrosãos (Lima, 1858-62) identificam desde logo duas lógicas perfeitamente distintas a este respeito: uma, a que se praticava no solar da raça, as Terras do Barroso e, outra, a das áreas do Minho em que estes animais se dispersavam. Assim, enquanto no Barroso a exploração se orientava para a produção e comercialização de animais jovens, no Minho, região que constituía o seu primeiro e principal mercado, fazia-se a recria e utilizavam-se as suas potencialidades – o trabalho, a carne e, em menor grau, o leite. Naturalmente, tratava-se de tendências globais, que não excluíam o trabalho e o consumo no Barroso nem, inversamente, o nascimento de barrosãos na região minhota.

As características geográficas e climáticas do Barroso são apontadas pela generalidade dos autores, desde Bernardo Lima, como condicionantes do tipo de exploração agropecuária aí praticada. Região acidentada e agreste, de Invernos longos e rigorosos, a agricultura possível reduzia-se a um conjunto limitado de culturas de subsistência, havendo, pelo contrário, extensões significativas de prados naturais e de baldios que possibilitavam a prática do pastoreio durante uma boa parte do ano. Nos espaços de menor altitude situavam-se as terras mais produtivas – os *lameiros* – utilizados não só para culturas destinadas à alimentação humana, mas também para a produção pecuária, quer em pastoreio directo, quer na produção de forragens para o Inverno. A importância relativa de cada um dos tipos de solo, em particular dos

lameiros, é avaliada já por Bernardo Lima (1858-62), que descreve as suas diferentes valências, as plantas que aí se produziam e respectivas aptidões alimentares[24].

O maneio do gado neste ambiente montanhoso tinha forçosamente que se adaptar às estações do ano, mais ou menos rigorosas conforme os locais, configurando geralmente um regime no Inverno e outro no Verão. No tempo frio, conforme aquele autor, «*pela manhã dá-se às vacas no estábulo uma ração de palha de centeio misturada com feno; depois, se não chove, se não neva, conduzem-se aos lameiros, onde pastam duas horas, pouco mais ou menos, para* desaguarem*, e daqui encaminham-se para os pastos dos montes, onde apascentam o resto do dia; recolhem à noite e pensam-se outra vez com uma ração de feno igual à da manhã. Se trabalham é logo depois da ração da manhã e, terminado o trabalho, levam-se, sempre que seja possível, aos lameiros, esperando, contudo, que arrefeçam antes de para aí se lançarem.*» Porém, nos locais onde a neve impedia esta rotina durante períodos mais ou menos extensos, os animais permaneciam nos estábulos, ou *cortes*, onde lhes era dada a alimentação e, se necessário, também a bebida. Nos anos mais rigorosos a forragem podia escassear e a fome afectava necessariamente as suas condições físicas.

O Verão constituía o período de abundância. O regime generalizado era o pastoreio em rebanhos colectivos, geridos por costumes ancestrais e regras comunitárias. O sistema era designado por «*vezeira*» e nele se agrupavam os proprietários de gado de cada aldeia, podendo-se constituir diferentes *vezeiras*, conforme se tratava de bovinos, caprinos, ovinos ou mesmo equinos. No caso dos bovinos podia ser necessário formar mais do que uma vezeira, separando os animais de diferentes classes etárias, bem como as vacas que se encontravam em momentos distintos do ciclo reprodutivo. Os animais eram assim conduzidos pelos montes, utilizando trajectos que faziam a gestão dos pastos – matos, prados naturais e lameiros – respeitando preceitos estabelecidos pela experiência de séculos. A permanência nos pastos procurava obter a melhor alimentação possível, moldando-se a cada caso particular. Uma parte dos rebanhos regressava à aldeia no fim do dia, e outra permanecia nos montes durante largas temporadas, passando aí as noites: «*Nas partes onde há* vezeira *de gado vacum anda este então, noite e dia, em apascento na serra desde o primeiro de Maio até ao dia de S. Miguel (29 de Setembro). De madrugada apascôa-se na baixa dos montes ou nos vales; amontam para os altos na força do calor do dia; e à noite junta-se o rebanho, ao ar livre, num ponto circunscrito e determinado a que chamam* (…) *em alguns lugares o* rebolal *ou* reboleira*, e noutros lugares os* currais *ou* tapadas*, e aqui passa o gado, amalhado, a noite inteira*» (Lima, 1858-62). Mesmo aqui ficava sempre vigiado pelos pastores, devido à ameaça permanente da predação pelos lobos[25].

As *vezeiras* constituem um exemplo notável de associação comunitária, relativamente simples, que mereceu a atenção da generalidade dos autores que focaram a sua atenção nos gados desta região, nomeadamente na raça barrosã. Como é de espe-

---

24 - O autor distingue as seguintes produções: 1.º - pastos; 2.º - fenos e palha centeia; 3.º - raízes alimentares; 4.º - ervagens semeadas. Nos primeiros separa ainda quatro tipos: *lamas do povo*, *roedouros* ou *pastarrões*, *lameiros de feno* e *lameiros de erva*.

25 - Em alguns pontos destas serranias podem-se ainda ver estruturas que se destinavam à captura dos lobos – os *fojos*. Consistiam em extensos muros, com a forma de um grande funil, para onde se procurava conduzir estes predadores, através de grandes batidas. A extremidade do "funil" terminava num poço, onde os lobos caíam e ficavam aprisionados. Actualmente, o lobo (*Canis lupus*) é uma espécie protegida, cabendo ao Estado fazer a indemnização das reses domésticas que, comprovadamente, sejam por ela vitimadas.

rar, foi Bernardo Lima (1858-62) que "deu o pontapé de saída": «*Um rebanho de* vezeira *é uma reunião de cabeças de gado duma mesma espécie, pertencentes a diversas pessoas, mas de uma mesma povoação – em um rebanho comum ou adua, que é pastoreado à vez nas terras pastorais sujeitas ao pasto comum, pelos donos das reses que o compõem, ou por pegureiros assalariados para esse serviço pelas pessoas contribuintes da vezeira – de modo que este serviço, correndo assim por todos, a todos fica pouco oneroso e quase gratuito.* (…) *As reses reúnem no rebanho comum a hora determinada, que é anunciada, ou por pregão público nas ruas,* deita a rês à vezeira*, ou por toque de buzina* (…)*, ou por toque de sino* (…).» As obrigações de cada membro da *vezeira* eram rotativas e proporcionais ao número de cabeças que lhe pertencessem. Este sistema contava ainda com um tribunal específico, para resolver as questões que, porventura, pudessem ocorrer. O tribunal era composto por sete membros, sendo o presidente designado por *juiz da vezeira*; as decisões eram definitivas. Com o passar dos anos a importância deste tribunal veio a diminuir (Garcia, 1964), passando os assuntos correntes a ser tratados pelo presidente da Junta de Freguesia, ou pelo Regedor. No entanto, isso não impedia que, quando necessário, as questões mais relevantes fossem tratadas em assembleia dos proprietários. Segundo este autor, a intenção dos serviços oficiais de florestar uma parte das tradicionais áreas de pastoreio no concelho de Montalegre foi travada nas chãs do Monte da Maçã, a pedido dos seus utilizadores ancestrais (foral de 1598) em favor do melhoramento e racionalização daquelas pastagens.

Outra vertente muito importante do espírito e costumes associativos desta região era a formação de *vintenas*, grupos de proprietários que detinham a posse, gestão e utilização de um *touro vinteneiro*, também chamado *touro do povo*, ou *touro banal*; cumpria-lhe fazer a fecundação das vacas da comunidade. Em alguns casos, como acontecia por exemplo na freguesia de Salto, conhecida pela qualidade e quantidade das suas reses barrosãs, alguns proprietários que possuíam um número de animais acima da média dispunham de um touro para cobrir as suas próprias vacas. Porém, na maioria das restantes situações eram aqueles touros que cumpriam a função reprodutiva, tendo as *vintenas* um número de vacas que podia variar entre as 40 e as 100. Ao contrário do que acontecia noutras regiões do norte de Portugal e com outras raças bovinas também descritas por Bernardo Lima, a selecção dos machos reprodutores era feita com grande cuidado: «*Touro já mal disposto para este mister é logo reformado, e não lhe valem os títulos do que foi, por melhor que fosse, para o livrar das mãos do capador.* (…) *Touro reformado pede outro marel que o substitua, e então é praxe consuetudinária proceder-se previamente, ou antes dessa reforma, a um exame ou vistoria dos almalhos existentes na vintena, por parte das autoridades administrativas da paróquia, regedor ou cabos de polícia, e se algum dos almalhos agrada, esse fica para o povo e o cofre o paga; se se não encontra porém aqui cousa de jeito, então investem-se pessoas probas e bem entendidas na comissão do o ir haver e comprar a outros pontos*; (…) *e hoje os que mór celebridade têm a este respeito, são os de Salto e Solveira, e Salto principalmente, porque aqui é onde existe* (…) *o melhor, mais encorpado e mais apurado gado Barroso.*» Os critérios de selecção encontrados por B. Lima favoreciam os touros mais escuros, característica que os seus proprietários associavam a diferentes qualidades – fecundidade, rusticidade e propriedades da carne, entre outras; porém, o autor relaciona-a ainda com a con-

formação anatómica que, na sua opinião, era a mais apropriada para produzir tanto animais de trabalho como de engorda.

A manutenção e alojamento dos touros fazia-se também em regime comunitário e por vezes estava relacionada com as *vezeiras*, uma vez que alguns deles acompanhavam as vacas nas pastagens. Os constituintes da *vintena* contribuíam com o seu *quinhão* de alimentos e, em alguns casos, colaboravam na produção de forragem, especificamente destinada ao touro. Noutros casos ainda, existiam lameiros para pastar que lhe estavam exclusivamente reservados e espaços destinados a cobrir as vacas. Normalmente, o boi escolhido para esta função entrava em actividade entre os 18 meses e os dois anos, sendo conservado até aos oito ou dez. Por diversas razões não era aconselhável que continuasse a fecundar as vacas depois dessa idade, embora, em alguns casos, isso pudesse acontecer.

O detalhe com que é descrito este conjunto de práticas consagradas pela tradição dos povos da região é notável, mencionando-se aqui apenas as que constituem a sua espinha dorsal. A descrição evidencia grande credibilidade, parecendo pouco provável que Bernardo Lima tivesse negligenciado ou omitido informações relevantes sobre o regime de exploração dos bovinos do Barroso. Este raciocínio aplica-se ao facto de, em meados do século XX, ter sido apontada uma forma de selecção dos touros reprodutores completamente diferente da que tinha sido relatada no século XIX, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pelas características específicas da morfologia da raça barrosã (Vale, 1949[26]). Trata-se de uma visão completamente oposta à anterior; enquanto a descrição mais antiga aponta critérios rigorosos, postos em prática pelos proprietários do gado e figuras relevantes da sociedade local, o critério descrito como novidade atribui a selecção aos próprios touros, através de lutas que reproduziam a competição entre machos, semelhantes às que ocorrem em muitas espécies animais, na natureza. A dúvida quanto a estas afirmações coloca-se à partida, com base nas informações do próprio Bernardo Lima, já que este refere que tais lutas eram evitadas, pelo menos para os touros em exercício[27].

Interessa tentar perceber em que se baseia a "nova versão". As lutas de touros (*chegas* ou *turras*) já aconteciam no tempo de Bernardo Lima, uma vez que ele as refere, e também é possível que as *chegas* intencionais se verificassem igualmente. Porém, o que é duvidoso é que fossem usadas como forma de selecção, ou que fossem uma prática generalizada. De facto, a descrição de Bernardo Lima foi consensual durante perto de um século, conhecendo-se, entretanto, apenas uma referência às lutas de touros, feita por José Pedreira (1931): «*A freguesia que tem a felicidade de ter um bom marel, sente-se justamente orgulhosa. Na região barrosã, uma das formas de selecção dos maréis consiste em desafios de luta que as freguesias promovem entre*

---

26 - «*O que deu aos barrosãos tão portentosa e descomunal armadura, foi, a nosso ver, a forma tradicional porque, nas serranias montalegrinas, se faz a escolha do marel. Não se aparta o semental pelas suas belezas exteriores, nem pela boa produção leiteira de suas filhas, ou pela coragem trabalhadora dos seus filhos. Apartam-se os reprodutores, açulando, um contra o outro, dois candidatos à função magna da reprodução e aquele que, depois de enlaçar armas com o adversário, consegue recuá-lo, derrubá-lo ou pô-lo em fuga, esse é o touro da freguesia, o padreador das vacas da vezeira. Ora esta divertida forma de eleição dá a primazia ao touro de maior ossatura capital, mais potente musculatura céfalo-cervical, mais força no ângulo társico e, por variação correlativa, determina o grande desenvolvimento dos chifres.*»

27 - «*Não pode nem deve consentir-se andar mais de um touro de mistura com as vacas em pastagem livre, quer em vezeira ou fora dela, seja qual for o número de vacas que tenha de cobrir, senão trava-se, se mais andam, uma encarniçada e cruenta luta, e o vencedor, um só, senhor da grei fica então, mas enfraquecido pela briga e não lhe sobram forças para satisfazer prolificamente ao mister de progenitor.*» (Lima, 1858-62).

os seus touros. O marel vencido vai quase sempre para o matadouro. Este espectáculo – a turra – não deixando de ser bárbaro, é todavia um meio empírico de selecção.» Este depoimento sintético deve ser levado em atenção, mas a sua escassez de detalhes aconselha a olhá-lo com alguma reserva. Por um lado, ao referir a *turra* como "*uma das formas de selecção*", o autor confirma implicitamente a existência de outras, nomeadamente a já conhecida escolha criteriosa pelos responsáveis das *vintenas*. Por outro, ao introduzir o elemento da competição entre as freguesias, remete a questão para o domínio da etnografia, área em que este assunto também foi descrito (p. ex. Cruz, 1974; Fontes, 2001).

Nestes relatos, porém, põe-se sobretudo em destaque a exaltação da rivalidade e dos brios locais, dando-se menor atenção às questões relacionadas com o sistema de produção dos bovinos. As *turras* requeriam o consentimento dos proprietários dos touros e, geralmente, os preparativos iniciais decorriam sem o seu conhecimento, ou apenas porque eles "fechavam os olhos". Segundo Cruz (1974), a idade dos animais campeões situava-se entre os cinco e os seis anos, antes da qual começavam a ser preparados, com lutas menos exigentes. Pelas características destes textos, não fica claro qual o papel destes animais na função reprodutora. Uma vez que nas aldeias podiam existir vários touros, tanto se pode admitir que os animais escolhidos para as *chegas* eram os *touros do povo*, como os futuros candidatos a esse lugar. De qualquer modo, esta breve análise evidencia a necessidade de um melhor esclarecimento do assunto, com base em elementos objectivos, se isso ainda for possível. Em data mais recente, Garcia *et al.* (1981b) referem que a prática das *chegas* como forma de selecção dos touros estava praticamente em desuso; no entanto, continuam a realizar-se na actualidade, com objectivos lúdicos e turísticos. À luz das exigências de objectividade dos dias de hoje, a generalização feita por Vale (1949), sem apontar factos concretos (cf. nota 25), parece pouco aceitável, sendo surpreendente que esta a teoria tenha prevalecido até aos dias de hoje. O pitoresco inegável das *chegas*, aliado possivelmente ao clima patriótico oficial que se vivia em Portugal a meio do século XX, terão contribuído para a aceitação fácil[28] de uma teoria que se baseia na simples opinião deste autor («*…foi, a nosso ver…*»), relegando para o esquecimento os dados objectivos de Bernardo Lima. E, mesmo que a prática das lutas se tenha generalizado num momento histórico mais recente, não se deverá esquecer que as características dos bovinos barrosãos já eram próximas das que conhecemos nos dias de hoje, na altura em que aquele autor as descreveu.

Contrastando com a forma de produção, de certo modo especializada, das Terras do Barroso, a utilização dos bovinos barrosãos espalhava-se pelo Minho, onde o seu regime de exploração assumia as características gerais observadas no norte de Portugal. A sua dispersão fazia-se através de rotas e feiras habituais, descritas por Garcia *et al.* (1981b). Os autores admitem que as principais rotas partiam do Barroso aproveitando o troço superior do vale do Cávado e se dividiam depois pelo interior e litoral do Minho, conforme se mostra no mapa da página 32. «*Há quarenta e cinco anos* (princípio da década de 1930)*, ainda se dirigiam para a grande feira do Pico de*

28 - As considerações de Garcia (1964) acrescentam ainda uma justificação supostamente científica: «*a prática das lutas* (…)*, por feliz circunstância determinou também a selecção dos touros que possuíam mais fortes membros, dotados de bons curvilhões, de garupa horizontal e larga, provida de boas massas musculares e bem ligada ao terço dianteiro através de uma região lombar larga e bem musculada.*».

Regalados (Vila Verde) centenas de vitelos do Barroso, na maioria machos, conduzidos a pé, com os pesunhos protegidos por toscos sapatos de couro, com que se evitava o rompimento das unhas, pouco resistentes para tão longas caminhadas, nas quais os animais perdiam o peso e alguns sucumbiam. Logo após o advento do automóvel, este gado passou a ser poupado a essas situações de "stress" que o inferiorizavam.» A localização do Pico de Regalados era estratégica, uma vez se situa num colo da cordilheira montanhosa que separa as bacias hidrográficas dos rios Lima e Cávado, proporcionando um dos mais fáceis pontos de atravessamento entre uma e outra. É tentador pensar que estas rotas se terão estabelecido, ou apurado, no período da expansão barrosã do século XIX; porém, não se encontram informações concretas a este respeito, pelo que tanto podem ser anteriores, como posteriores. A feira do Pico de Regalados assumia especial importância para a dispersão dos animais no vale do Lima, mas uma parte deles espalhava-se também pela parte inferior do vale do Cávado: «*os adolescentes transaccionados no Pico de Regalados, quando não destinados ao matadouro, eram recriados na região até ao emparelhamento dos novilhos e à fecundação das novilhas, seguindo as juntas dos primeiros para feiras do litoral e as fêmeas, frequentemente, para os concelhos mais a norte, como Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, que se constituíram, por sua vez, focos de expansão da raça.*» No que respeita às regiões do Minho mais a sul e ao Douro Litoral «*as rotas dirigidas ao sul da serra da Cabreira passavam por Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho e Fafe, tendo-se este último concelho tornado grande criador da raça e expansor da mesma para a zona central do distrito do Porto. A parte litoral deste distrito abastecia-se de novilhos e de bois de trabalho nas grandes feiras (então) de gado barrosão, de Barcelos e Vila Nova de Famalicão.*»

Nas explorações de minifúndio minhotas a alimentação da grande maioria dos bovinos manteve-se praticamente inalterada até à generalização da mecanização agrícola. A breve descrição de Bernardo Lima (que contrasta com o detalhe fornecido para a região do Barroso) e o texto de Garcia *et al.* (1981b) mostram uma coincidência notável, apesar de ter decorrido mais de um século entre um e outro. «*As crias desmamadas* (…) *indo para o Minho, são aqui castradas entre um ano aos dezoito meses, e* recriam-se *depois, bem ou mal consoante as posses do lavrador, com o bom pastio e erva segada dos lameiros e dos prados de azevém, folhado e bandeira de milho, etc.*» (Lima, 1870-71). A descrição de 1981 é apresentada com mais detalhe, no quadro abaixo.

Composição da dieta dos bovinos no Minho ao longo do ano (Garcia *et al.*, 1981b)

Forragens	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Palha de milho	+	+	±						+	+	+	+
Palha de azevém	+	+	±			+		+				+
Palha de centeio empalhada	+	+										+
Erva		±	±	+	+					+	+	+
Ferrãs			±	+								+
Pastagem		±	+	+	+				+	+	+	
Beiras de caminhos e bouças					+	+	+					
Milho de desbaste						+	+					
Bandeira de milho							+	+	+			

No Minho, a idade a que se castravam os novilhos destinados a trabalhar passou dos 12 a 18 meses no século XIX (Lima, 1870-71), para os 6 ou 7 meses de idade, em mea-

dos do século XX (Garcia, 1964); por seu lado, as novilhas eram fecundadas também pelos 18 meses (Garcia, 1964), iniciando a função reprodutora mais cedo do que na região do solar onde, por regra se esperava que atingissem os 2 anos de idade. Com uma lógica igualmente mais apertada, as vitelas e vitelos nascidos no Minho eram desmamados significativamente mais cedo do que no Barroso. Enquanto aí dispunham do leite materno até aos 6 ou 7 meses de idade, as crias minhotas começavam a ser parcialmente privadas dele com um mês ou mês e meio, uma vez que se mungia uma parte do leite para ser vendido. Parte destas crias era destinada ao abate pouco depois desta idade, ao passo que as restantes eram desmamadas por volta dos 3 meses, na altura em que começavam a procurar alimentos sólidos. Segundo Garcia (1964) esta prática era responsável pelo seu deficiente desenvolvimento, traduzindo-se na má conformação dos membros posteriores (carência de cálcio), não se observando nas regiões onde não havia postos de recolha de leite, ou de desnatação, nem no Barroso. Mais tarde, com a perda da importância dos bovinos barrosãos como animais de trabalho, a par do acentuado declínio dos efectivos, a lógica da recria restringiu-se praticamente à manutenção das vacas. Segundo Garcia *et al.* (1981b), os agricultores do Minho passaram a ter maior interesse na venda das vitelas para abate do que na sua recria, apenas conservando as necessárias para a substituição das vacas.

No que respeita aos touros de cobrição, embora não existam registos de ter havido no Minho estruturas associativas semelhantes às *vintenas* das Terras do Barroso, com a importante função de seleccionar e salvaguardar a qualidade dos machos reprodutores, ocorria outro tipo de associação, mais limitada, decorrente do facto de ser economicamente inviável manter um touro em cada uma das pequenas explorações características desta região. Assim, segundo Nogueira (1900), era comum associarem-se alguns agricultores para o comprar, sendo cuidado, à vez, pelos vários *sócios*. O boi permanecia estabulado, sendo-lhe levadas as vacas na altura do cio. Porém, nesta forma de funcionamento, nem sempre era possível dispor dos animais com as melhores características, razão pela qual se verificava uma tendência, mais ou menos generalizada, para a utilização de touros mal seleccionados, frequentemente até com problemas sanitários.

Por esta razão, e também porque a alimentação fornecida aos animais nem sempre era a mais apropriada, os melhores exemplares barrosãos eram sistematicamente os que provinham do solar da raça. Este foi o panorama descrito até meados do século XX e, uma vez que a sua importância sempre foi reconhecida, desde cedo foram preconizadas as medidas necessárias para melhorar aquela situação. Assim, dado o peso sócio-económico que a raça barrosã revestia, as primeiras medidas oficiais a este respeito surgiram logo nos princípios do século XX.

Como se referiu, a política seguida foi a da instituição de Postos Zootécnicos, primeiro o do Gerês (1914), depois transferido para Montalegre (1916) e, mais tarde, os de Viana do Castelo (1929) e Barcelinhos (1964), tendo estes últimos tido uma acção importante. Em 1964, M. Garcia faz o seguinte balanço, em relação ao de Viana: «*Devemos considerar que o estado bastante satisfatório em que se mantém a raça barrosã no Alto Minho, onde já não se verifica quase o referido abastardamento das raças, se deve atribuir, em grande parte, à acção deste posto que distribuiu mais de uma centena de reprodutores masculinos, ali nascidos ou adquiridos no Barroso, por*

postos de cobrição situados em todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo e na maioria dos de Braga.» No entanto, apesar da acção destes postos, a realidade é que as tendências sócio-económicas globais e, mais concretamente, a evolução da agro-pecuária regional, foram determinantes para o declínio do gado barrosão e mesmo os referidos postos abandonaram aquela linha de trabalho para se dedicarem a outros objectivos. Referindo-se a um período em que o efectivo da raça ainda deveria rondar os 100.000 animais (década de 1970) Garcia *et al.* (1981b) mencionam a existência de 218 postos de cobrição, 55 dos quais oficiais: no Barroso: 4 particulares + 3 oficiais; no distrito de Braga: 90 + 48; e no distrito de V. do Castelo: 69 + 4. Nesta altura «*a acção* (oficial) *consiste na inspecção dos reprodutores dos postos particulares e oficiais e respectivo licenciamento, bem como na aplicação do método da inseminação artificial, embora, presentemente, ainda muito limitada quanto à raça barrosã* (Barcelinhos).» Como já se referiu, o interesse nesta raça ainda continuou a decair, para ser relançado alguns anos mais tarde, com a instituição do Registo Zootécnico e dos Livros Genealógicos. No processo de recuperação da raça a utilização da inseminação artificial começou por ser limitada, mas fazendo-se, no entanto, uma testagem do sémen dos touros destinados à cobrição natural (Leite, 2000). Segundo este autor, o número deste tipo de postos terá ultrapassado os 400 naquela data, razão pela qual a raça barrosã apresenta uma grande variabilidade genética.

Poucos anos depois, a inseminação artificial veio a adquirir um papel progressivamente mais importante. Muito embora seja fomentada a cobrição natural com vista a manter a diversidade genética da raça, a frequente dificuldade de acesso aos touros leva muito produtores a solicitar a inseminação artificial das suas vacas, de modo a garantir as boas características genéticas dos vitelos e a possibilidade de obter animais mais valorizados. Na actualidade (2005-06), a AMIBA continua a realizar a colheita de sémen de vários touros por ano, disponibilizando-o, depois de testado, para a inseminação artificial. Estima-se que entre ⅓ e ½ dos vitelos nascidos sejam resultado deste tipo de fecundação, com tendência para aumentar.

Das várias funções que os bovinos desta raça executaram ao longo dos tempos, a principal foi, sem dúvida, a prestação da sua força de trabalho, função em que, por tradição, eram utilizados os bois castrados. A sua imagem era habitual, não só nas lides da lavoura como nos carretos citadinos, tendo ficado abundantes registos em textos diversos e em fotografias que recordam os espaços rurais e as cidades minhotas ao longo dos tempos. No Porto, por exemplo, os bois barrosãos usados nas cargas do cais da Ribeira chegaram a constituir um motivo de atracção turística, a par dos barcos rabelos! Porém, pelas razões já apontadas, a sua importância decaiu radicalmente e a sua criação quase desapareceu, entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX. Segundo Garcia *et al.* (1981b), no fim dos anos 70 o trabalho já só era efectuado por vacas de criação ou por algumas juntas de recria e, pelos seus cálculos, os animais tinham uma prestação média de 50 dias de trabalho por ano.

Além da função laboral, o estrume produzido pelos animais continuava a ser importante; segundo Garcia *et al.* (1981b) «*o gado bovino barrosão mantém-se bastante tempo estabulado em cortes primitivas, designadas vulgarmente por "eidos", com cama acumulada de mato e, em regra, desprovidas de manjedouras. Sempre que possível, a estabulação é alternada com algumas horas de pastoreio, sendo este de maior fre-*

quência nas explorações menos ocupadas por culturas arvenses. (…) *Outra importante função consiste na produção de estrume, de que se utilizam, normalmente, 30 a 40 ton. por ha. De facto, a necessidade de produção de grandes massas de fertilizante orgânico conduziu à estabulação em "eidos", pequenos compartimentos com cama acumulada que os animais, soltos e, em regra, aos pares, vão pisando e macerando em toda a extensão.*»

Até à mecanização da agricultura, o trabalho foi o mais importante factor produtivo do gado barrosão; no entanto, conforme atrás se analisou, a gestão dos seus efectivos apresentou uma evolução ao longo dos tempos que foi consequência da forma como se equilibraram as necessidades de trabalho e as opções na produção de animais para o talho. A carne e o leite, embora tecnicamente constituíssem subprodutos, formavam receitas com algum significado na economia da generalidade dos agricultores minhotos e, ao longo dos tempos, a sua valorização sofreu algumas flutuações. Foi atrás referido o papel desempenhado pelas reses para talho no período das volumosas exportações para o Reino Unido. Apesar da importância económica que este comércio assumiu, o seu carácter de produto secundário é demonstrado pelo facto de os animais para aí canalizados, serem predominantemente os bois castrados, com cerca 6 anos, depois de terem cumprido a sua "missão" nos trabalhos agrícolas.

No entanto, a sua valorização foi responsável – como também já se viu – pelo aparecimento de um sector pecuário especializado na engorda final das reses para abate, onde se praticava um regime alimentar mais rico, com vista àquele fim, descrito e analisado por Bernardo Lima (1858-62). A julgar pelos valores apresentados por este autor, as juntas de bois (era aconselhável engordar o par de bois, já habituados um ao outro), podiam chegar vulgarmente às 94 arrobas (1.410 kg). Porém, nas situações mais favoráveis, atingiam entre 1.700 e 1.800 kg (valores registados nos concursos pecuários de Braga, promovidos a partir de 1865). O rendimento em *carne limpa* estimava-se em 66%.

A actividade deste sector foi igualmente responsável pelo abastecimento de carne de qualidade na região de Entre Douro e Minho e, em menor escala, em diversas cidades do país, nomeadamente nas situadas no trajecto entre Porto e Lisboa. Ainda o mesmo autor refere o número de reses abatidas em 1859, provenientes da região (quadro seguinte; cf. quadro da pág. 30), valores que apenas fornecem uma imagem vaga da realidade, por diferentes razões. Por um lado, dizem respeito a um ano específico, num período em que se sabe ter havido evoluções importantes; por outro, incluem bovinos das outras raças presentes no Minho, para além da barrosã e, finalmente, englobam também os animais de refugo, nomeadamente as vacas.

Bovinos do Entre Douro e Minho abatidos em 1859 (Lima, 1858-62)

	Distrito do Porto	Distrito de Braga	Distrito de V. Castelo	Além Minho	Exportação	Total
Adultos	18.100	4.913	4.016	2.500	5.000	34.529
Vitelos	6.495	4.121	1.183	---	---	11.799

Os registos documentais já atrás mencionados dão conta de que o panorama da bovinicultura minhota, no que toca à preparação das reses para talho, decaiu acentuadamente entre o final do século XIX e o princípio do século XX. José Amorim (1928)

descreve pesos e rendimentos em carne manifestamente inferiores aos mencionados por Bernardo Lima. Os pesos por ele encontrados para os bois de trabalho situavam-se geralmente entre 400 e 500 kg por animal, embora houvesse um ou outro mais corpulento, atingindo ou ultrapassando, excepcionalmente, os 1.000 kg. Na sua opinião, os «*indivíduos gordos com 508 quilogramas* (…) *não são animais sequer* (*e*) *em meias carnes, são apenas bois que não estão magros*.» Quanto às vacas, cujos pesos são naturalmente mais baixos, o quadro não era muito diferente, oscilando em regra entre os 300 e 400 kg. As estimativas para o rendimento em carne apontavam nessa época para valores entre 48 e 52%. Cerca de 40 anos mais tarde, vêm a público dados mais detalhados sobre os pesos e rendimento dos bovinos barrosãos Garcia (1964), com elementos colhidos nas décadas de 1940 e 1950, que não diferem muito dos valores de José Amorim. A principal diferença encontra-se no rendimento dos bois (em 1958), cujo valor médio encontrado foi de 57,3%. O autor salienta a boa qualidade da carne desta raça, realçando a distribuição equilibrada da gordura e critica a engorda excessiva das reses (como seria o caso dos famosos bois de 1.000 kg) por se traduzir na formação de tecidos adiposos que acabavam por ser desaproveitados.

Para as décadas seguintes os dados são escassos. O trabalho de Garcia *et al*. (1981b) refere a diminuição da importância dos bois de trabalho castrados, até ao seu desaparecimento, passando o efectivo barrosão a ser constituído predominantemente por vacas. Sobre elas passaram a recair praticamente todas as funções, sendo ainda aproveitadas para o matadouro na altura da reforma. Os autores mencionam também a rarefacção de recria de novilhos para carne, a par de uma procura excessiva de vitelas para o consumo dos centros urbanos, facto que provocou mesmo um desequilíbrio da população feminina e, em última análise, a diminuição da raça. Conforme referem, este consumo verificava-se na totalidade na região do Entre Douro e Minho.

Com o início do registo zootécnico, em 1981, surgiu uma nova fase do percurso da raça barrosã, cuja sustentabilidade passou – e passa ainda – pela atribuição de prémios pecuniários à sua produção. Mais tarde, a obtenção da *designação de origem protegida* para a sua carne constituiu também um momento importante deste novo processo. Passando a ser reconhecida como uma produção genuína e de qualidade, tornou-se possível que os seus produtores, a partir de 1996-97, passassem a obter preços mais favoráveis no momento da venda dos animais. Os produtos DOP são pagos segundo preços tabelados oficialmente para as classes de *vitela* e *novilho*. A diferença de valor entre as duas classes (vitela – 5,25 €; novilho – 3,75 €, em 2006) justifica a clara opção dos criadores do barrosão pela venda dos animais na fase de vitela, conforme se pode constatar na tabela da página seguinte.

Observando agora a produção leiteira das vacas barrosãs, é necessário começar por recordar a avaliação que Bernardo Lima fez a este respeito. E, contrastando com visão francamente favorável que exprimiu a respeito da carne, constata-se que a sua opinião é pouco elogiosa (Lima, 1870-71): «*As vacas barrosãs na sua maioria mal podem entrar na categoria de vacas leiteiras* … (com uma) … *produção anual na média de mil litros, quantidade apenas tangente à que qualifica como leiteiras as raças leiteiras de baixa produção*.» Trata-se de uma avaliação objectiva, sem contemplações nacionalistas, utilizando a bitola das raças europeias seleccionadas e

Abates para «Carne Barrosã – DOP» entre 1997 e 2005 (dados AMIBA)

Ano	vitela (n.º de animais)	novilho (n.º de animais)	vitela (quilogramas)	novilho (quilogramas)
1997	1.996	56	175.764	16.096
1998	2.058	20	194.104	6.282
1999	2.216	9	208.475	2.595
2000	2.063	8	191.542	2.762
2001	2.102	4	191.252	1.329
2002	2.405	3	232.593	984
2003	2.590	0	265.527	0
2004	2.188	1	242.608	209
2005	2.287	2	248.759	430

exploradas nesta função. No entanto, ao analisar as potencialidades da raça, tendo em conta a boa qualidade do seu leite e o elevado rendimento na obtenção dos produtos lácteos que já nessa época se produziam no Barroso – manteiga e queijo – a sua visão torna-se francamente optimista. Segundo as informações colhidas em 1857, a região do Barroso produzia perto de 55 toneladas de manteiga (*mal fabricada*) e 130 toneladas de queijo, utilizando apenas cerca de 1/6 do total de leite produzido; a maior parte era consumida pelas crias e pela população, quase em partes iguais: «*O barrosão é pois uma criatura ciumentamente* galactófaga, *mama quase tanto leite de suas vacas como as crias mamam.*»

Baseando-se em cálculos económicos para estas produções, o optimismo de Bernardo Lima vai ao ponto de perspectivar um futuro promissor para o concelho de Montalegre, caso aí se opte pelo melhoramento da produção barrosã, nas vertentes das crias e dos lacticínios… Ironicamente, mais de um século depois, quando Portugal aderiu à União Europeia (1986), a região ainda continuava atrasada, sendo incluída no conjunto das *zonas desfavorecidas*.

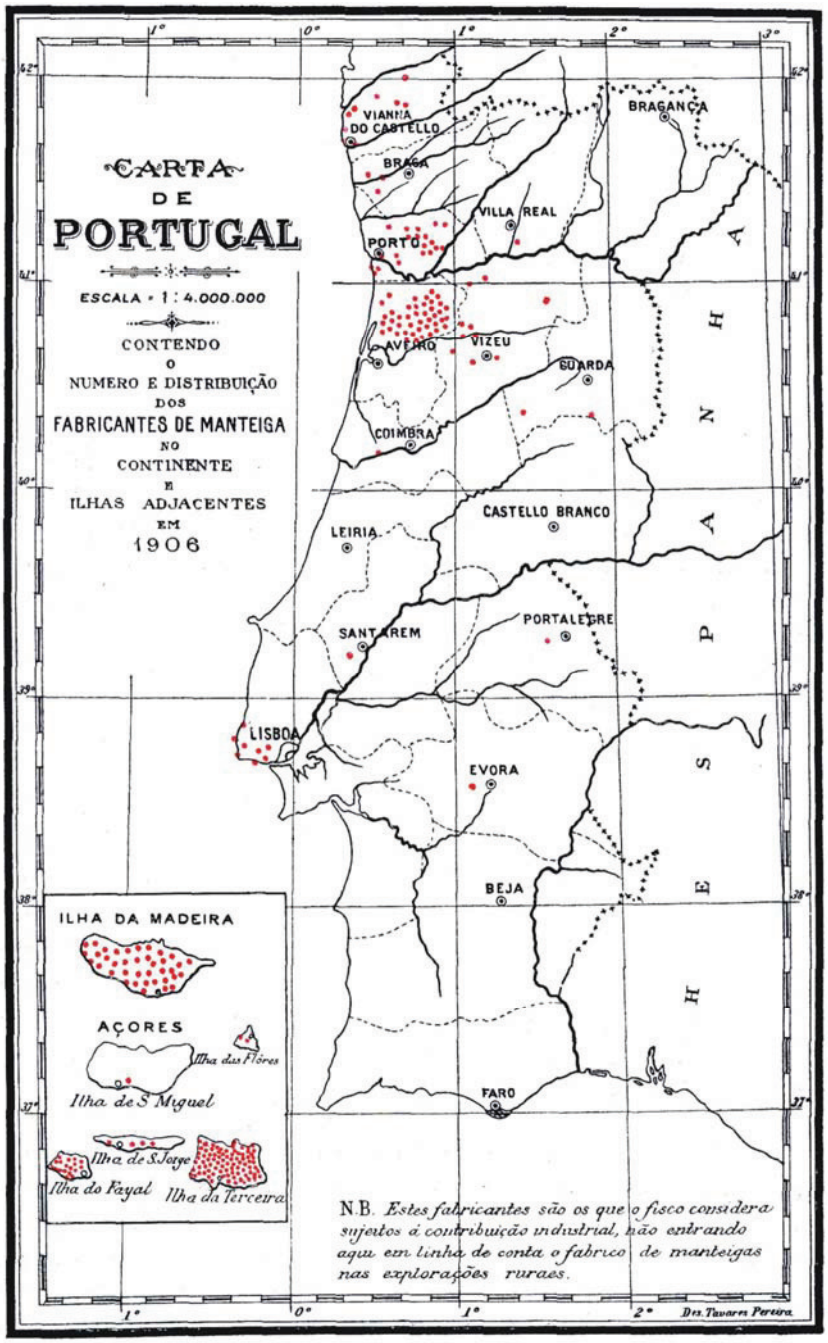
Apesar das modestas quantidades de leite que as vacas barrosãs sempre continuariam a produzir[29], o seu interesse e importância económica nunca foram desprezados, por um conjunto de razões que facilmente se identificam. Em primeiro lugar, qualquer receita regular, mesmo que pequena, introduzida na economia geralmente magra e descapitalizada das populações rurais, assumia necessariamente um papel relevante. Por outro lado, devido à difusão que a raça protagonizou no Entre Douro e Minho, chegando a constituir o segundo maior contingente nacional autóctone, a sua produção leiteira, apesar das pequenas prestações individuais, representava no conjunto um recurso que não podia ser ignorado como factor macro-económico, suscitando a atenção tanto dos zootecnistas como dos responsáveis pela governação. Finalmente, as boas características bio-químicas deste leite, tornando-o um produto interessante para a indústria de lacticínios, contribuíram igualmente para a sua valorização, até à altura em que as produções mais vantajosas das vacas turinas o vieram substituir.

Conjugando estes aspectos com a evolução do efectivo bovino regional, nomeadamente quanto ao desta raça e ao da raça minhota/galega, resulta compreensível um con-

29 - Conforme os dados fornecidos por vários dos autores citados, as produções médias anuais das vacas barrosãs nunca chegaram a ultrapassar os 1.100 a 1.200 litros.

junto de depoimentos sobre a forma como foi encarada a produção leiteira barrosã nas primeiras décadas do século XX, enquanto a difusão da raça turina se processava de forma gradual, até impor o seu predomínio.

Assim, Nogueira (1900) refere que a indústria manteigueira que então se consolidava no Alto Minho utilizava sobretudo leite das vacas barrosãs e das galegas vermelhas, com tendência a alargar-se a outras regiões; o efectivo destas últimas estava nessa data em recuperação (cf. capítulo 5). Segundo Rasteiro (1908), foi a política proteccionista britânica, instaurada em 1885 e, em particular, a nova pauta alfandegária, efectiva para a manteiga a partir de 1891, que deu o impulso decisivo à referida indústria manteigueira, traduzindo-se num significativo aumento das produções, e



Localização da indústria manteigueira em 1906 (Rasteiro, 1908)

que se reflectiu na correspondente diminuição das importações: assim, as 990 toneladas importadas em 1891 reduziram-se para 461 toneladas em 1893 (menos 46%) e para 61 toneladas em 1905. A par disso, também a exportação e o consumo interno deste produto aumentou, em particular em Lisboa. Relativamente aos queijos verificou-se também uma evolução positiva, embora menos acentuada. Naturalmente, a evolução industrial correspondente verificou-se não só no Entre Douro e Minho (distritos do Porto e Viana do Castelo), mas também em Aveiro, Viseu, Lisboa, Madeira e Açores (Rasteiro, 1908).

O interesse na melhoria das produções tornou-se assim evidente, reflectindo-se, poucos anos depois, nos objectivos definidos para a acção do Posto Zootécnico do Barroso[30] (1916). Data também deste ano a tese de Pizarro (1916) traçando um programa de melhoramento da raça, onde subscreve a opinião de Miranda do Vale (então lente da cadeira de Zootecnia), e onde o registo zootécnico é apontado como um dos pilares desse trabalho. Mais tarde, as propostas apresentadas no 1º Congresso Nacional de Pecuária (Amorim, 1928; Motta Prego, 1928) mostravam que as opções de fundo quanto ao futuro da raça barrosã continuavam por fazer, deixando que a bovinicultura nacional se atrasasse em relação à de outros países; um exemplo muito próximo vinha da região vizinha, a Galiza, onde o programa de melhoramento da raça galega se encontrava em pleno funcionamento. Porém, a situação não iria mudar; as únicas acções oficiais com significado, como se viu, foram os programas de distribuição de touros seleccionados, travando o abastardamento da raça, mas que não introduziram melhorias visíveis na produção leiteira. Em 1931, Artur Rêgo menciona ainda que perto de 20% do leite consumido no Porto era de vacas barrosãs (valores de um estudo de 1922) mas, como se sabe, foi a partir dessa altura que a produção das vacas turinas passou a tornar-se predominante, quer no abastecimento das cidades nortenhas, quer no leite fornecido à indústria.

O leite das vacas barrosãs perdeu assim significado económico na perspectiva da utilização para fins comerciais e industriais, remetendo-se para a sua função biológica original, a alimentação das crias, e sendo apenas utilizada em pequena escala para o consumo. Nos dias de hoje, essa é a situação que continua a verificar-se.

30 - «(…) *3.º - Produzir, pela selecção racional, e criar reses bovinas da raça barrosã, aperfeiçoadas para as funções de ceva e de trabalho, bem como desenvolver a aptidão lactígena da mesma raça pelo mencionado método selectivo e pela ginástica funcional; 4.º - Exemplificar praticamente e divulgar os processos modernos de fabrico de lacticínios;* (…)».